

O planejamento escolar no contexto da escola inclusiva

Maiara Bueno do Nascimento¹

Resumo: O presente trabalho buscou examinar teorias existentes que embasem as práticas de Atendimento Educacional para pessoas com deficiência intelectual, com o foco de pesquisa no planejamento de aula. Sendo que o objetivo é compreender como se constituem as práticas pedagógicas da sala de aula comum na integração de Atendimento Educacional Especializado - AEE². Em virtude de comparar o planejamento de uma determinada escola comum que atende alunos com deficiência intelectual sem estrutura específica para educação especial com a de uma escola comum inclusiva da mesma localidade, a fim de promover o entrelaçamento de experiências do AEE. Para tanto foi realizado a pesquisa qualitativa, na modalidade de estudo de caso com revisão bibliográfica. A partir disto, compreendeu-se como relevante a necessidade da utilização de Tecnologia Assistiva³ nas escolas, especialmente para os estudantes que recebem AEE, possibilitando escolarização, autonomia e participação ativa na comunidade. Em consequência uma melhora na qualidade de vida do estudante e de sua família.

Palavras-chave:

Palavras-chave: Planejamento. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

Abstract: The present paper sought to examine existing theories that support the practices of Educational Assistance for people with intellectual disability, focusing the research on class planning. Whereas the objective is to understand how the pedagogical practices of the common classroom are constituted in the integration of Specialized Educational Attendance - ESA⁴. By comparing the planning of a particular common school that attends students with intellectual disabilities without an specific structure to special education with an inclusive common school from the same locality, in order to promote the interweaving of ESA experiences. For this purpose a qualitative research was carried on, approaching case of study modality with bibliographic review. From this, it was understood as relevant the necessity of using Assistive Technology⁵ on schools, specially for students who receive ESA, allowing them schooling, autonomy and active participation in the community. As result there is an improvement on the student and his family's life quality.

Keywords: Planning. Inclusive Education. Specialized Educational Attendance.

¹ Especialista em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar – UNINTER e Especialista em Atendimento Educacional Especializado – UERGS. Osório, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Sigla utilizada pelo Ministério da Educação nas Diretrizes para Educação Especial.

³ Nomenclatura designada mundialmente para a área do conhecimento interdisciplinar para produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que possibilitam a autonomia, independência e qualidade de vida para as pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida.

⁴ Initials for Specialized Educational Attendance.

⁵ Nomenclature designated for the interdisciplinary area of knowledge for products, resources, methodologies, strategies, practices and services that enable autonomy, independence and quality of life for people with disabilities or reduced mobility.

Introdução

Para iniciar as discussões a respeito do planejamento escolar é necessário destacar a finalidade do mesmo, ou seja, o ensino e a aprendizagem dos alunos. Portanto se faz necessário abarcar as teorias tradicionais de ensino e aprendizagem.

Os apontamentos apresentados pelas publicações acadêmicas referentes às teorias de Piaget (1982) e Vygotsky (2003) apontam o desenvolvimento humano como conhecimento universal. No entanto a universalização não define normatização, assim sendo somente indica semelhanças comuns às quais os seres humanos estão predispostos a passarem nas etapas do seu desenvolvimento. Estes epistemologias compreendem o desenvolvimento a partir dos aspectos cognitivos, mas sem desassociar em nenhum momento dos aspectos físicos.

Piaget (1982) define que aprendizagem está condicionada ao desenvolvimento, onde o mesmo não sofre impactos externo, ou seja, a interação ao meio social não influencia no processo de desenvolvimento. Em contrapartida Vygotsky (2003) anos depois afirma que o desenvolvimento e a aprendizagem indissociáveis de modo que são processos interligados de maneira recíproca. Diante disso, quanto mais aprendizagem, mais desenvolvimento. Embora pessoas que possuem limitações patológicas necessitam de maior atenção quanto as suas necessidades cognitivas e físicas, podendo apresentar dificuldade no processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se que estas dificuldades não estão necessariamente ligadas ao raciocínio em si, mas em habilidade para conseguir construir estratégias para a construção do conhecimento. Visto que o conhecimento está ligeiramente ligado à inventividade, assim como ao concreto.

As questões destacadas acima são a mola propulsora para buscar saber, como questão de pesquisa, como se constituem as práticas pedagógicas na integração de AEE. Sendo o objetivo geral analisar quais os recursos metodológicos, pedagógicos que auxiliam no processo de aprendizagem de

alunos com deficiência intelectual. Tendo como objetivos específicos examinar teorias existentes que embasem as práticas de Atendimento Educacional para pessoas com deficiência intelectual; comparar o planejamento de uma escola comum que atenda alunos com deficiência intelectual sem estrutura específica para Educação Especial com uma escola comum inclusiva, a fim de promover o entrelaçamento de experiências do AEE. Assim como, observar e analisar a abordagem de formação continuada oferecida pela mantenedora para estes docentes.

Compreende-se que a ciência está em constante processo de reformulação de teorias, e a escola como um espaço de transposição didática desta ciência, estabelece a necessidade da reorganização do planejamento “do que ensinar” “como ensinar” e “porque ensinar”. Já que para quem ensinar e o que ensinar se transforma sob a influência da ciência, afim de que o ensino realmente ofereça aos estudantes autonomia na execução de tarefas expostas pelas problemáticas escolares.

Nos eventos científicos acadêmicos os pesquisadores questionam os currículos escolares. Sob o ponto de vista de o planejamento estar baseado no conceito de operações dos conteúdos mínimos solicitado pelo Projeto Político Pedagógico, com método didático de aula expositiva e a escola como fonte normalizadora e universal de conhecimento. Mediante ao exposto, os planejamentos (seguindo este modelo) são elaborados com propostas descontextualizadas, assim como em diversas situações envolvendo uma série de problemas de operações “ensinadas”. Situações estas em que o aluno apenas reproduz quantitativamente o modelo apresentado, inviabilizando a aprendizagem significativa, ou seja, não há valorização da qualidade. Entende-se por educação de qualidade a oferta de estratégias e metodologias que respeitem as especificidades e o tempo de cada aluno, acessibilidade nas atividades relativas aos conteúdos curriculares, interação professor-aluno e alunos-alunos em todos os espaços da escola e a garantia do AEE.

Dessa forma a pesquisa justifica-se com a iniciativa de recomendação formação continuada compartilhada e adequada para todas as escolas que já têm no seu quadro de alunos pessoas com deficiência – PCD, para melhor atender as demandas que forem pertinentes ao ensino e aprendizagem. Sendo que é essencial que todos os profissionais da escola tenham as informações básicas e prévio conhecimento da realidade.

Partindo desta narrativa, organizou-se este artigo iniciando com a perspectiva de educação no contexto histórico mundial e em seguida a visão que se tem sobre deficiência nestes períodos. Afim de que possa compreender a atual situação da organização curricular escolar. Na sequência passando para a metodologia, análise dos dados e por fim as considerações finais.

Fundamentos do pensamento

Sabe-se que a ciência influencia a organização da escola. Uma vez que a escola realiza a transposição didática dos conhecimentos adquiridos nas pesquisas científicas. Não somente, mas também o modelo de escola contemporânea é consequência da evolução do conhecimento em virtude da ciência.

No período da Antiguidade a educação seguia os preceitos da fé de Deus - Teocentrismo, ensinamentos reforçados por filósofos com a contemplação da natureza e a compreensão dos fenômenos. Noções do cotidiano se transformam em problemas e conceitos. O principal objetivo da educação era buscar a formação do homem racional, para que fosse capaz de pensar corretamente e de expressar de forma consciente. Conforme Gauthier e Tardif,

A educação socrática comporta a ideia de um processo de aprendizagem concreto, através do qual o aprendiz forja o seu próprio pensamento, constrói e fundamenta as suas próprias convicções por meio de interações verbais com o educador. (GAUTHIER & TARDIF, 2010, p.52)

As aulas não ocorriam em escolas, mas sim na casa de pensadores que ensinavam seus aprendizes conforme suas necessidades. A transposição

didática não seguia linearidade, limite de tempo e determinação de idade, pois não existia distinção de área de conhecimento. No período Medieval ocorreu a junção da instrução literária com formação religiosa, com direção da moral. Entretanto cada mestre trabalhava a sua maneira, com objetivos particulares a sua especialidade. Neste contexto Gauthier e Tardif concluem que,

Uma escola não é apenas um local onde um ensina; é um local onde um mestre ensina; é um ser moral, um meio moral, impregnado de certas ideias, de certos sentimentos, um meio que envolve tanto o mestre quanto os alunos. Ora, a Antiguidade não conhecia nada semelhante a isso. Ela teve mestres, mas não teve verdadeiras Escolas. A Idade Média foi pois, em matéria de pedagogia, inovadora". (GAUTHIER & TARDIF, 2010, p. 75)

Com o surgimento do Renascimento a ciência iniciou o movimento de contestação da fé como conhecimento absoluto, questionando o que era visto como divino e correto. Os pensadores passaram a entender o ser humano como algo capaz de compreender e dominar a natureza através da razão – Antropocentrismo. A partir do questionamento o que é necessário saber para a vida comum, desencadeou a separação entre tradição, religião, filosofia e ciência, pois o questionamento. O objetivo principal da educação voltou-se para o que as crianças deveriam aprender o que teriam de fazer quando adultos, valorizando as ciências da natureza e as ciências do homem. A educação pública destinava-se em primeiro lugar às classes superiores burguesas e secundariamente às classes populares.

Na Modernidade inicia-se uma concepção de distinção da criança do adulto, e o surgimento da pedagogia. A ciência preocupou com a discussão da teoria do conhecimento e do método - a direção caminha para um fim, instrumento que permite a construção de conhecimento. Sendo assim, conforme Gauthier & Tardif, afirmam que neste período a

Codificação de certos saberes próprios ao docente, isto é, um conjunto de regras, de conselhos metódicos que não devem ser confundidos com os conteúdos a ensinar, e que são formulados para o mestre, a fim de ajudá-lo a ensinar ao aluno, para que este aprenda mais, mais depressa e melhor". (GAUTHIER & TARDIF, p. 126)

A educação é marcada pelo dualismo moderno, caracterizado pelo ensino conservador predominante da pedagogia Jesuítica, onde ocorre uma diminuição da distância entre educação para rapaz e moça, mas o ensino continua sendo uma prerrogativa masculina. E a criança ainda é compreendida como um ser desorganizado, incapaz de controlar-se.

Com o Iluminismo vivencia-se o progresso pela ciência, a fim de conhecer o mundo e dominá-lo. E a partir deste momento a escola se organizou do modo que é conhecida hoje. Nas palavras de Rousseau,

Tornai vosso aluno atento aos fenômenos da natureza, muito breve o tornareis curioso. Mas, para alimentar sua curiosidade, não vos apresseis nunca em satisfazê-la. Ponde os problemas ao seu alcance e deixai-o que os resolva. Que nada saiba, porque vós lhe dissestes, e sim porque o compreendeu sozinho. (Rousseau, 1995 p.176)

O movimento da Escola Nova é percussor no planejamento educacional centrado no aluno. Abordando questões cognitivas do desenvolvimento que até então foram excluídos meios de educação formal. Epistemólogos como Michael Foucault e Maria Montessori são referências importantes para identificar a compreensão de deficiência neste período histórico. A escola por sua vez, é desafiada pela democracia a oferecer educação igualitária a todos os cidadãos, porém mostra a sua fragilidade em manter a educação com nível de qualidade exigido pela ciência. Entretanto destaca-se que somente na contemporaneidade as PCD tiveram a oportunidade de frequentar a escola. No Brasil o primeiro contato destes alunos com a educação formal foi realizado em escolas especializadas somente no atendimento de deficiências, e somente anos depois este atendimento foi migrado para as escolas comuns com as chamadas Classes Especiais - CE. Na concepção de CE a inclusão escolar enfrentou dificuldades com a premência e frequência dos alunos já matriculados. Deste modo, o acesso à educação foi repensando em todo o território nacional no ano de 2001, quando o Conselho Nacional de Educação – CNE publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CB, Nº 2, 11 de fevereiro de 2001),

possibilitando que as escolas tornassem comuns a todos as pessoas. Garantindo o direito ao AEE e Salas de Recursos Multifuncionais a pessoa com deficiência.

Assim pretende-se, ao final deste estudo, apresentar com base na percepção dos professores, a qualidade do atual processo de aprendizagem do ensino regular para alunos com deficiência intelectual. Tendo como consequência as interações dos profissionais desta escola.

Sujeito normal e anormal

Para se estudar o movimento da Educação Especial no Brasil é importante apropriar-se anteriormente sobre a visão histórica mundial da caracterização da pessoa com deficiência. Sendo necessário identificar as primeiras aparições públicas, o sujeito normal e o anormal, bem como as instituições que as definem. Do mesmo modo que é fundamental compreender o papel do Jurídico e o seu discurso através dos séculos.

Quando se cita pessoa com deficiência - PCD, os epistemólogos Michel Foucault e Georges Canguilhem são frequentemente mencionados. Visto que através das suas pesquisas e registros de estudo no Ocidente Europeu, que se possibilitou entender e identificar as etapas envolvidas até chegar ao conceito “politicamente correto”, perante as PCD.

Conforme Foucault (1975), anomalia a partir do século XVII até o século XIX foi dominada em três figuras: o monstro humano; o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. Em suas palavras, “estas três figuras que conduziram os problemas de anomalia” (FOUCAULT, 1975, p. 69).

Este mesmo autor refere que o monstro humano teve seu campo de surgimento pela noção jurídico-biológica, por volta do século XVII, por se tratar de seres que nasciam com duas cabeças, um braço, não ouviam, ou seja, patologias diferenciadas das ditas normais, violando as leis da natureza. Assim como não podiam ser ditos semelhantes, não eram enquadrados pelas leis da sociedade.

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não só uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma (FOUCAULT, 1975, p.69).

O indivíduo a ser corrigido por sua vez trazia problemas de convívio com a sociedade nos séculos XVII e XVIII. Pois ele não conseguia se portar quanto às leis da sociedade, necessitando que as instituições o corrigissem. O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível (FOUCAULT, 1975, p.73). Nesse sentido, a diferença entre o incorrigível e o monstro, é a sua taxa elevada de aparições, pois enquanto o monstro era uma exceção, o indivíduo a ser corrigido era um fenômeno frequente.

Nas descrições de Foucault, a criança masturbadora viu-se aparecer no final do século XVII, apresentando relações específicas com o monstro e o indivíduo a corrigir. Sua relação com a monstruosidade está atrelada aos órgãos sexuais dos hermafroditas, que por sua vez possuíam os órgãos genitais femininos e os órgãos genitais masculinos em um mesmo indivíduo. Tornando deste modo, um indivíduo a ser corrigido em virtude de sua opção sexual e sexualidade.

A masturbação é o segredo universal, o segredo compartilhado por todo mundo, mas que ninguém comunica a ninguém. É o segredo detido por cada um, o segredo que nunca chega à consciência de si e ao discurso universal, [...]. Quase ninguém sabe que quase todo o mundo pratica (FOUCAULT, 2001, p.74).

Neste período a sociedade estava organizando-se para o capitalismo e diferente das eras anteriores, o método da modernidade não era matar ou afastar a pessoa com deficiências. Para conseguir padronizar as pessoas, precisaram organizar instituições que conduzissem as populações, dentre elas, surge a escola no final do século XIX. A instituição escola foi criada no século XIX para normalizar estas figuras, ensinando a eles como tornarem-se sujeitos. Esta necessidade da criação da escola nos remete a problemática do anormal, norma, normal e média.

Conforme Canguilhem (1975, p.53) a norma é estabelecida por leis e regras criadas pelos órgãos regulamentadores. Normal seria tudo aquilo em que já foi identificado e/ou catalogado que entra no desvio da norma, assim como estudado e corrigido. A anomalia trata-se de algo a ser corrigido para manter-se na normalidade da grande maioria, estando também dentro da normatização. A média é concebida através de dados estatísticos utilizados para definir padrões de normalidade e anormalidade.

Em sua pesquisa ele explora o campo da anormalidade quanto ao meio. Definindo que não existe normal ao patológico, de modo que a patologia está associada à necessidade de adaptação ao meio. Então a anormalidade descende do meio e se difunde na moralidade.

No entanto, isso não deve nos surpreender, apesar de ser difícil conceber a possibilidade de uma anormalidade complexa que não só não perturbe a mínima função, mas também não produza a menor deformidade. "Um indivíduo afetado por heterotaxia pode, portanto, gozar de sólida saúde; pode viver muito tempo; e, frequentemente, é só depois de sua morte que se percebe a presença de uma anomalia que ele próprio havia ignorado". É o mesmo que dizer que a anomalia é ignorada na medida em que não tem expressão na ordem dos valores vitais (CANGUILHEM, 2009, p.52).

Relacionando as teorias de Foucault e Canguilhem, compreende-se que a anormalidade é concebida pelas intuições (família, igreja, escolas), pelo jurídico e a sociedade. Canguilhem (1975, p. 56) afirma que "o ser vivo não vive entre leis, mas entre seres e acontecimentos que diversificam essas leis". Lucídio Bianchetti (1995), pesquisador da história da Educação Especial, articula a tese de que a história da humanidade é revestida de irracionalidade quanto ao modo que tratou/trata-se o corpo humano. Sendo ela a responsável pela monstruosidade da padronização nos diferentes critérios e momentos históricos.

É essa concepção, que relaciona deficiência com pecado, que deve nos auxiliar a compreender os horrores da segregação e estigmatização, [...]. Mas tudo isso deve ser entendido enquanto um fenômeno histórico e geograficamente localizado. Se não fizermos isso, sucumbiremos a julgamentos morais e moralizadores as quais não passam de miopia intelectual. (BIANCHETTI, 1995, p.10)

De acordo Bianchetti (1995, p.8) “a deficiência da educação especial só será compreendida se inserida no amplo aspecto do processo histórico de como os homens foram atendendo as suas necessidades básicas”. Destacando que a escola traz consigo uma herança de Comênio que tudo deveria ser ensinado a todos. Ainda que a aprendizagem só ocorra quando se estabelecem vínculos entre o estudante e o conhecimento, o professor tem um papel relevante nisto. O aprendiz precisa se mobilizar para o aprendizado. Sendo assim, a relação que se estabelece entre o professor e alunos incluem valores, habilidades, atitudes, etc.

Toda a situação aqui apresentada demonstrou que a própria história da educação foi constituída na relação ciência e regulamentação. Porque se o homem não tivesse um problema para resolver (viver em sociedade), ele nunca pensaria em uma solução. Mas é necessário que se reflita que os problemas cotidianos sofreram/sofrem influência da sociedade e da cultura, e devem acompanhar as transformações decorridas na história para atender os alunos que também estão em constante mudança, principalmente hoje com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação – TICs 6. Buscando uma educação que permita ao ser humano sua transformação, para que possa se desenvolver como um cidadão atuante na sociedade, com autonomia e criticidade.

Políticas curriculares nacionais para deficiência

Na publicação da Carta Magna em 1988, o Estado destacou pela primeira vez a necessidade da adaptação curricular através do artigo 208. No qual prescreve no inciso III que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de AEE a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Mas somente no início do século XXI através da Resolução nº4 (BRASIL, 2009) é que foram efetivamente implantadas políticas em prol da inclusão de diferentes grupos sociais. Por

⁶ Expressão que se refere ao papel da comunicação a moderna tecnologia da informação.

meio do Decreto mencionado, no Art.4 foi definida a quem o AEE seria direcionado. Caracterizando como PCD,

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtornos desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009).

Tendo como referência a política de 2008, em 2009 foi homologado o Parecer 13, que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009), em conformidade com o Decreto nº. 6.571 de 2008, o qual dispõe sobre o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que prestarem AEE (BRASIL, 2008). Através deste decreto e a partir de janeiro de 2010, os alunos com necessidades educacionais especiais incluídos com AEE no contra turno devem receber recursos em dobro do FUNDEB.

Neste momento o AEE é entendido como um serviço da Educação Especial a ser prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular por meio de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente com o objetivo de promover ao educando autonomia e independência na escola e na sociedade em geral. Prioritariamente, na sala de recurso da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de

Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009a, Art. 5°).

A sala de recursos multifuncional se caracteriza como um serviço especializado de natureza pedagógica com o auxílio de materiais específicos e equipamentos tecnológicos, que apoiam e complementam o atendimento educacional realizado na sala de aula comum, mediante a necessidade do cumprimento do estabelecido nos documentos oficiais para a educação. Esse atendimento, segundo a resolução, deverá ser paralelo ao horário da sala de aula comum em que o aluno estiver “incluído”. No entanto não pode ser confundido com reforço escolar, mas devem constituir-se como um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de apropriação, construção e produção de conhecimentos (BRASIL, 2008, 2009; MACEDO et al., 2011).

O Conselho Nacional de Educação em 2001 publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CB, Nº 2, 11 de fevereiro de 2001). Nestas diretrizes estão expostas as determinações e orientações voltadas ao processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns, com vista para aos aspectos pedagógicos e formação de professores.

Sendo necessário que o planejamento das práticas curriculares, obrigatoriamente, seja um trabalho colaborativo entre professores do AEE e da sala de aula comum. Destaca-se que conforme a Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) o planejamento também é responsabilidade do Educador Especial. Conforme descrito no Art. 9, é papel do professor de AEE

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula

comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, Art. 13).

Sendo assim, conforme o que está relatado até este momento, compreende-se que os alunos com deficiência necessitam de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e disposições específicas, para potencializar e/ou suplementar as atividades que estão sendo exigidas para cada ano letivo. Mantoan complementa nos dizendo que

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. (MANTOAN, 2003 p.12)

Logo os professores - como profissionais da educação - devem ter propriedade do seu planejamento de aula. Para que através do saber sistematizado, a ciência em suas diversas áreas específica, possa ser convertida em saber escolar, tornando assimilável pelo aluno.

Por tudo isso, a inclusão solicita a mudança de perspectiva educacional para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Destaca-se que o professor no exercício de sua função alcança muitos alunos na escola. E é elementar que ele busque formação continuada com vistas a capacitar a sua prática, a fim de atender com equidade aqueles com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, assim como todos os demais. Mesmo que os alunos com deficiência ainda se constituírem como foco principal para o planejamento dos educadores inclusivos, pois a maioria dos que fracassam

na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele (MANTOAN, 2001).

Planejamento de aula cooperativo: construção da pesquisa

Além do componente curricular a ser aprendido, o aluno necessita desenvolver a habilidade para manipular com a Tecnologia Assistida que irá lhe auxiliar. Destaca-se que as variações de capacidades e as limitações se alteram entre as pessoas. Assim como cada sujeito pode apresentar diferentes capacidades e limitações durante o seu ciclo de vida, de acordo com a sua idade e exposição ao objeto de aprendizagem ao longo de sua existência. Ressalta-se que os sujeitos que possuem limitações cognitivas necessitam de maior atenção quanto as suas necessidades físicas e cognitivas, pois em alguns casos a sua dificuldade de aprendizagem não está necessariamente ligada ao raciocínio em si, mas em conseguir construir a estratégia para a construção do conhecimento. Entretanto, isto não deve servir como prerrogativa para que o aluno precise ser retido em determinado ano, visto que nestas situações devem ocorrer adaptações no sistema avaliativo, aliando sala de aula comum e AEE.

O estudo, quanto aos seus objetivos, foi exploratório onde se buscou investigar de forma aprofundada o planejamento de aula em uma da rede pública municipal do RS. Sendo planejada e executada visando soluções de problemas coletivos desta comunidade, onde a pesquisadora e os pesquisados interagiram de forma cooperativa. No processo de coleta de dados a primeira iniciativa teve como meta pesquisar bibliograficamente a concepção de educação. Em sequência as hipóteses acerca do ensino escolar para alunos que estivessem matriculados em escolas inclusivas. Para explorar o perfil de profissional, realizou-se observação dos atendimentos AEE e sala de aula comum antes e depois das entrevistas. Concorda-se com Cruz Neto (1994, p.58) sobre a observação, quando destaca que “o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma

relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto”.

Ressalta-se que antes de realizar qualquer contato exploratório de pesquisa, foram coletas as assinaturas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. O termo está em conformidade com a resolução 466, de 12 de dezembro de 2012/CNS - Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos. Desta forma, os resultados apresentados foram obtidos em consonância entre a pesquisa de campo através do plano de trabalho destas profissionais e baseando-se nas teorias de Maria Teresa Égler Mantoan.

A prática reflexiva do planejamento

A concepção de educação inclusiva, que orienta as políticas educacionais e o atual marco normativo legal, rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência. Modificando as práticas convencionais, para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola. Sendo viabilizada a matrícula dos alunos do público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do AEE. Conforme Mantoan,

a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (MANTOAN, 2003 p.20).

Entretanto o “modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações” (MANTOAN, 2003 p.12). Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola,

de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (MANTOAN, 2003 p.30)

Por esta razão a relação professor-aluno é de grande relevância para o sucesso de ensino e aprendizagem na escola inclusiva. O professor, de sala de aula comum ou educador especializado, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade ou homogeneidade das salas de aula, que por muito tempo foi tão almejada pelos contextos da educação brasileira. Portanto os professores devem estar atentos à singularidade dos alunos que compõem a turma, promovendo o diálogo entre eles, complementando e contrapondo ideias quando necessário. Para que assim, conforme Mantoan (2003, p.30), “se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”.

Nas palavras da professora do AEE “o planejamento é o primeiro passo para o sucesso de uma boa aula” pois o planejamento diz muito sobre a concepção do professor e da escola. Considerando que ele indica quem se deseja ensinar e de que forma será feito, o planejamento assegurará e viabilizará a efetivação de uma escola inclusiva. Neste viés a professora de sala de aula comum nos complementa dizendo que “no planejamento de aula que o conteúdo não é o único determinante da metodologia que irei utilizar, já que os objetivos também precisam ser levados em consideração” de modo que a metodologia utilizada possa contribuir para que todos tenham acesso ao conhecimento, e com isso ajudar na transformação social. Nas palavras de Mantoan,

A aprendizagem nessas circunstâncias é a centrada, ora sobressaindo o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos. Nas práticas pedagógicas predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de

melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades. (MANTOAN, 2003 p.34)

Visto que o ato de planejar é pensar o futuro de forma a prever acontecimentos, devem-se elaborar estratégias que contemplem as necessidades concretas da turma. Desta forma, o planejar evitará a dispersão, a falta de interesse e a indisciplina, pois se sabe como agir em sala e os alunos percebem quando a aula está organizada porque o professor não age apenas no imprevisto, e isso lhes transmite segurança. Conforme as professoras entrevistadas “se um aluno não vai bem, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência, o motivo está diretamente relacionado ao ensino que está sendo ministrado para todos os demais da turma”.

Planejar para uma turma reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem entrelaçamento de aprendizagens sem linearidade visível, cujos fios do conhecimento expressam diferentes possibilidade de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente seja em sala de aula comum ou sala de recursos multifuncional. Onde o processo avaliativo não é considerado como fator determinante para aprovação ou retenção, mas sim como indicador da qualidade do trabalho pedagógico, pois o fato de a maioria dos alunos estar “se saindo bem” não significa que o ensino ministrado atenda às necessidades e possibilidades de todos.

Por fim as entrevistas afirmam que “estar na escola se torna importante, pois a partir do momento em que o aluno se sente pertencente a ela o ensino deixará de ser sistematizado e passará a ser internalizado”, conforme teoria de Vygotsky. Também através da sua teoria compreende-se que não é pelo fato de o aluno frequentar a escola comum que ela estará aprendendo, pois isso depende de todo do planejamento da escola (VYGOSTKY, 2003).

A escola inclusiva tem como princípio a valorização do eu, enquanto em grande maioria das escolas comuns tem como norte a universalização do

conhecimento. Com está constatação pode-se afirmar que o planejamento tem um caráter muito divergente entre as duas escolas. Por está razão não seria possível realizar um comparativo entre os modelos de planejamento sem que fossem estabelecidos critérios sem juízo de valor. Todavia compreende-se que os planejamentos pesquisados estavam em consonância com as normativas estabelecidas pela sua rede de ensino, bem como em consonância com o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

Segundo apresentado nesta pesquisa o planejamento não é indissociável a capacidade de avanços no desenvolvimento de cada aluno. Conforme se verificou que o planejamento colaborativo suplementa e potencializa os conhecimentos prévios. Valorizando o trabalho em equipe sala de aula comum para estimular as potencialidades dando a possibilidade de os alunos com deficiência superarem suas capacidades e irem além das suas potencialidades para garantir o seu desenvolvimento e aprendizado. Por isso, para que o professor possa fazer um bom planejamento, ele precisa conhecer seu aluno, suas descobertas, hipóteses, crenças, opiniões desenvolvendo diálogo criando situações onde o aluno possa expor aquilo que sabe. Logo o registro e as observações são fundamentais tanto para o planejamento e objetivos quanto para a avaliação.

Metodologia

A partir disto a pesquisa teve como princípio o caráter qualitativo. Conforme Lüdke e André (2015, p. 14) “A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Na presente pesquisa não se visou à obtenção de dados estatísticos, mas sim analisar a realidade do ensino através do uso da lógica com recursos de TA.

Quanto aos meios utilizados, trata-se de uma pesquisa em caráter estudo de caso que de acordo com Gil (apud YIN, 2005, p.32), “o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”.

Considerações finais

Conforme se apurou na pesquisa a escola tem sua base na Idade Moderna, com a definição de um método para o ensino. Este método organiza educação em níveis e modalidades de ensino, com o currículo estruturado em conhecimentos fatorados. Compreende-se que cada disciplina/série/ano tem objetivos e conteúdos específicos de sua área, metodologias e forma de avaliação.

Destaca-se que a escola tem como compromisso - em relação ao aluno - garantir a aprendizagem dos conhecimentos socialmente necessários e determinados em cada momento histórico. Conhecimentos estes que permitirão ao aluno compreender a realidade social e natural em que se encontra, a fim de lhe possibilitar a ação coletiva e consciente na direção da construção de uma sociedade justa e igualitária. Onde um encaminhamento metodológico automatizado descomprometido com a realidade do aluno concreto faz o oposto, pois contribui para a manutenção e o aprofundamento das desigualdades.

A escola que é contemplada com a sala de aula comum e o AEE precisam realizar momentos de planejamento coletivo entre o Educador Especializado e demais professores do corpo docente, visto que se não estiverem sendo realizadas as reuniões coletivas de planejamento não haverá formação continuada.

Salienta-se que no processo de pesquisa foi possível identificar que existe um processo de transformação nas práticas educacionais no currículo para a Educação Inclusiva, mesmo que em amostragem. Porém, afirma-se que a

falta destes momentos coletivos não justifica o desenvolvimento de uma ação de trabalho sem comprometimento ético.

Em relação ao planejamento notou-se uma preocupação no sentido de que os alunos aprendam os componentes curriculares em sua totalidade, utilizando-se recurso de Mídias Digitais ou de Tecnologias Assistiva para encontrar as respostas necessárias para cada problemática. Entende-se que o uso da Tecnologia Assistiva para alunos com deficiência como possibilidade da autonomia. Entretanto esta metodologia não poderá ser utilizada como único recurso de aprendizagem, de modo que o professor em seu planejamento deve propor estratégias que viabilizem o desenvolvimento contínuo de seus alunos.

Compreende-se que a prática curricular aliada com a sala de aula comum deve ocorrer de forma natural e não forçada, sendo fundamental que os alunos consigam integrar os conteúdos da escola com o contexto social em que estão inseridos. Em outras palavras, é fundamental que a escola seja coerente ao adaptar os recursos na sala de aula comum com os recursos utilizados na classe comum.

Ressalta-se que conforme a Constituição Brasileira a educação é um direito fundamental a todos os brasileiros e imigrantes que aqui estiverem, ou seja, não devendo ter distinção de classe, credo, etnia ou deficiência. Consequentemente a adaptação escolar para os alunos de inclusão também. Por fim, salienta-se que não se pode concluir ou emitir um parecer final sobre o tema pesquisado, considerando que existem outros processos que atravessam o planejamento de aula. É importante mencionar que esse trabalho se constituiu como uma primeira aproximação ao campo e entende-se como necessário a realização de outros estudos sobre o planejamento para pessoas com deficiência, envolvendo maior número de entrevistas, instituições que ofertam o AEE, assim como estudos que possam incluir na investigação o impacto do planejamento na formação acadêmica destes alunos.

Referências

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da educação especial**. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba, SP. vol II, nº 3, 1995 (Associação Brasileira de Pesquisadores em educação Especial – ABPEE).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp>. Acesso em: 05.08.2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172: Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 20.08.2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10.09.2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 01.09.2018

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico** (1943,1995), trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. – 6a. Ed.- Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009, (p.48 a 80).

CRUZ NETO, O. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. de S.(org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.51- 66.

GAUTHIER, Clemont; TARDIF, Maurice. **A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo Editora Atlas, 1987.

FOUCAULT, Michel: **Os Anormais: Curso no Collège de France** (1974 – 1975): tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 2001, (p.69 a 94).

MACEDO, P. C. et al. **Atendimento Educacional Especializado: uma breve análise das atuais políticas de inclusão.** In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (Orgs.). Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Rio de Janeiro: Edur, 2011. (no prelo).

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: Desenvolvimento da Percepção e da Atenção.** 6ª Edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.